

VISÃO DO CORREIO

Disputa de poder afronta a Constituição

Um dos princípios básicos da democracia — além da soberania popular, da alternância de poder e do direito ao dissenso — é a separação entre quem faz, quem executa e quem interpreta as leis. O sistema de pesos e contrapesos entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário existe para garantir esse equilíbrio. Quando o Legislativo avança sobre a execução do Orçamento e faz a exegese das decisões judiciais, está ampliando suas prerrogativas para além do que é constitucionalmente estabelecido.

Nesse afã de se colocar acima dos demais Poderes, poucas vezes na história recente a Câmara dos Deputados se expôs de forma tão polêmica quanto nos últimos meses. A decisão de preservar o mandato da deputada Carla Zambelli, em afronta direta à Constituição e a uma sentença definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF), é apenas o capítulo mais recente de uma sequência preocupante de episódios que indicam degradação institucional e espírito corporativo. O fechamento do Plenário à imprensa, a retirada de parlamentar à força com um mata-leão e a tramitação da chamada PEC da Blindagem compõem um quadro incompatível com a centralidade que a Câmara ocupa na democracia brasileira.

Na madrugada de quinta-feira, o plenário da Casa decidiu não declarar a perda do mandato de Zambelli, condenada pelo STF a 10 anos de prisão em regime inicialmente fechado. A deputada foi considerada culpada, com trânsito em julgado, por integrar uma associação criminosa que invadiu o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e forjou um mandato de prisão contra o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes. Trata-se, portanto, de condenação definitiva, sem qualquer possibilidade de recurso.

A cassação, nesse caso, não era matéria sujeita a juízo político. É um imperativo

constitucional. O artigo 55 da Constituição Federal não deixa margem para interpretações criativas: perderá o mandato o parlamentar que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado. O verbo não é facultativo. Não se trata de prerrogativa do Legislativo, mas de obrigação jurídica. Ao se insurgir contra esse comando, a Câmara não apenas violou a Constituição, como se arrogou, indevidamente, o papel de instância revisora do STF.

A reação do Supremo foi inevitável. Ainda na quinta-feira, o ministro Alexandre de Moraes anulou a decisão do plenário e determinou que a Mesa da Câmara efetive a posse do suplente no prazo máximo de 48 horas. Como destacou o ministro, cabe ao Congresso apenas declarar a perda do mandato por meio de ato administrativo vinculado à sentença judicial, e não deliberar politicamente sobre ela.

Não se trata de precedente inédito. Em 2013, quando a Câmara rejeitou a cassação do então deputado Natan Donadon, também condenado com trânsito em julgado, o STF interveio. À época, o ministro Luís Roberto Barroso suspendeu os efeitos da sessão e afirmou que, em casos de condenação a regime inicial fechado por período superior ao restante do mandato, a perda é automática. A lógica é elementar: alguém privado de liberdade não pode exercer representação política. O fato de Zambelli estar presa no exterior não altera essa realidade material.

O que prevaleceu agora, mais uma vez, foi o espírito de corpo. Abandonada pelo próprio Jair Bolsonaro, Zambelli foi instrumentalizada como peça numa disputa de poder entre parte do Congresso e o STF. O interesse público, a moralidade administrativa e o respeito às instituições ficaram em segundo plano. A preservação do mandato não teve como objetivo proteger uma parlamentar, mas enviar um recado à Corte que deve ser prontamente rechaçado pelo Supremo e pela sociedade.



MARCOS PAULO LIMA  
marcospaulo.df@cnet.com.br

A seca do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul caminha para completar 30 anos sem conquistar a Série A do Campeonato Brasileiro. É grave a seca. Em 15 de dezembro de 1996, o Grêmio derrotou a Portuguesa-SP por 2 x 0 na velha e abandonada casa em Porto Alegre, o Estádio Olímpico. Lá se vão 10.589 dias sem indicativo de que o jejum será quebrado tão cedo. A dupla Gre-Nal trabalha para se reerguer depois de mais uma campanha lamentável na primeira divisão. O tricolor terminou em nono lugar. O Internacional escapou do rebaixamento no apito final da última rodada.

Por incrível que pareça, o desempenho em 2024, ano das graves enchentes em Porto Alegre, supera o de 2025. Apesar das paralisações e dos treinos e jogos longe dos respectivos CT's e estádios atingidos pelo dilúvio, o Internacional esboçou sonhar com o título, fechou em quinto lugar e se classificou para a fase de grupos da Libertadores de 2025. O Grêmio terminou em 14º.

De 1997 a 2002, nenhum time gaúcho alcançou a final nos últimos suspiros do sistema híbrido, com primeira fase e mata-mata. A partir de 2003, entrou em cena a era dos pontos corridos. O atual formato completou 23 anos. Todos os títulos estão divididos entre clubes do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais.

As abstinências são inadmissíveis. Sim, concordo, não faltaram tentativas. O Internacional amargou o vice em 2005, ano marcado pela Máfia do Apito, 2006, 2009, 2020 e 2022. O Grêmio ficou em segundo lugar nas edições de 2008, 2013 e 2023. Portanto, há sinais claros de que é possível quebrar a escrita. A pergunta é: por que ela persiste?

Não, o jejum não tem a ver com o poder financeiro de Flamengo e Palmeiras. O Internacional foi vice do time rubro-negro por um ponto na temporada de 2020. O Grêmio ficou a dois da equipe alverde em 2023. Detalhe: essas duas edições do Nacional foram decididas somente na última rodada.

De 2003 em diante, o Grêmio conquistou a Copa do Brasil (2016) e a Libertadores (2017). O Internacional foi bi continental (2006 e 2010), ganhou um Mundial (2006) e a Sul-Americana (2008). Portanto, a má vontade com o Brasileirão precisa ser combatida por um Estado prioritariamente copeiro. O Rio Grande do Sul prefere torneios de mata-mata. Os clubes entram em depressão quando são eliminados e cometem e chutam a Série A para escanteio.

A questão não se resume aos títulos. Grêmio e Internacional acumulam três rebaixamentos na era dos pontos corridos. O Tricolor caiu para a segunda divisão em 2004 e em 2021 no atual sistema de disputa. Conquistou a Série B em 2005 na Batalha dos Afritos. O Colorado conheceu o inferno em 2016 e ensaiou voltar para lá em 2025. Foi salvo na rodada final pelo anjo da guarda Abel Braga com um ponto a mais do que o Ceará e combinação de resultados.

Dos clubes mais tradicionais do país, o chamado G-12, apenas Grêmio, Internacional e o Vasco não conquistaram o Brasileirão na era dos pontos corridos. Até o cargo de técnico da Seleção, motivo de orgulho da escola gaúcha no século com as nomeações de Luiz Felipe Scolari, Mano Menezes, Dunga e Tite foi perdido. Barbaridade, tchê! Entramos na era dos importados com o italiano Carlo Ancelotti.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

Congresso 1

Em todos os seus mandatos, o deputado Glauber Braga tem dado mostras inequívocas de ser um indivíduo sem nenhuma regra moral, desrespeitoso, mal-educado, grosseiro, agressivo, violento e antiético. Acusou o então ministro Sergio Moro de ser corrupto e afirmou que provaria a acusação, o que nunca fez. No recinto da Câmara, foi atrás de um homem e o agrediu fisicamente pelas costas. Glauber Braga é um ser que não merece ser recebido na casa de ninguém com um mínimo de formação moral. Apesar desse currículo desabonador, a Câmara dos Deputados o manteve nos seus quadros. O que mais ele precisa fazer para seus pares se convencerem de que ele é uma personalidade incompatível com a civilidade e as regras sociais?

» Roberto Doglia Azambuja  
Asa Sul

Congresso 2

Tenho acompanhado, estarrecido, as votações para a cassação de deputados envolvidos em crimes e de outros que, de certa forma, perderam o decoro parlamentar. Ao mesmo tempo, discutem e aprovam um projeto de lei para redução das penas de presos pelos atos antidemocráticos de 8 de Janeiro, reunindo pautas em um balaio assustador. Livra-se da cassação quem cometeu crimes, frontalmente contra decisão transitada em julgado pelo STF; suspende-se quem chutou o traseiro de um provocador remunerado do MBL; reduzem-se penas de criminosos sem considerar o impacto disso no já caótico sistema carcerário brasileiro. Todas essas situações são justificadas pela narrativa de que foram eleitos e, portanto, devem ter seus votos respeitados. Em tempos tão confusos, é urgente resgatar a responsabilidade pública e o real sentido da representação democrática.

» Marcus A. de Carvalho  
Santos (SP)

Congresso 3

Diretas, pertinentes e oportunas as cartas dos leitores Jeovah Ferreira, Evanildo Sales Santos e Gilberto Tiriba publicadas na edição de 12/12 do **Correio Braziliense**. Apesar de tratarem de assuntos diferentes, todas as três desembocam no mesmo objetivo: críticas aos atuais componentes do Congresso Nacional. De fato, não entendo como as excelências da Câmara e do Senado não se constroem em tomar decisões que são frontalmente contra as opiniões de quem os elegeram! É simplesmente decepcionante e vergonhosa a atitude desses parlamentares!

» Paulo Molina Prates  
Asa Norte

Patacoadas

A manchete da edição de 12 de dezembro do nosso tradicional **Correio Braziliense**, segundo a qual o presidente Lula declarou que “Bolsonaro tem que pagar...”, atesta a perfeição da máxima que diz que não se fala em corda em casa de enforcado. Logo ele, que foi condenado em três instâncias, vem dizer, com a maior cara de pau, que alguém

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A cigana leu o meu destino: as cartas não mentem, vem aí PEC contra o STF.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

O mandato preservado na madrugada foi desfeito pelo STF ao amanhecer. Isso é sinal de instabilidade! Decisões divergentes ampliam a percepção de que nossa democracia vive em tensão permanente.

Paccelli M. Zahler — Sudoeste

Que Heloísa Helena retorne ao Congresso e faça um excelente trabalho como parlamentar, independentemente de ser de direita ou de esquerda. Que trabalhe a favor do povo!

Gabriel Coelho — Brasília

Governo devolve R\$ 2,74 bilhões a aposentados por descontos não autorizados. O governo devolvendo com o dinheiro de impostos. Agora, o dinheiro roubado continua com os ladrões!

Deusa Veras — Brasília

A questão não é cancelar voo por conta do mau tempo, é ter uma equipe capacitada para dar apoio em solo. Estão simplesmente cancelando sem dar nenhuma satisfação ou alternativa para os passageiros.

Lídia Benício — Brasília

tem que pagar por aquilo que fez. Que tal ouvirmos, mais uma vez, o que disse de Lula o seu mais importante ministro: o dr. Antônio Palocci? Haja óleo de peroba. E o povo brasileiro tem que suportar as patacoadas presidenciais.

» Joares Antônio Caovilla  
Asa Norte

Natal

O cristianismo não se reduz, como querem alguns, a dogmas intelectualizados, catálogo de preceitos, regras e deveres, lista de pecados. É, antes de tudo, uma pessoa e um acontecimento. A pessoa é Cristo. O acontecimento, a irrupção de Cristo na humanidade. Natal celebra o acontecimento e traz para o nosso meio a Pessoa. Que essa certeza de fé confira ao seu Natal sua plena dimensão e se prolongue, tonificante, por todo o novo ano de 2026, trazendo paz, renovando esperança e multiplicando alegria. Que seja um ano de crescimento e positivismo para todos!

» José Ribamar Pinheiro Filho  
Asa Norte

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houvera, lá chegara”  
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO  
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés  
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux  
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D4

D.A. Press Multimídia  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.dapress.com.br](http://www.dapress.com.br)